

TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS: MEMÓRIAS E IDENTIDADES NO QUILOMBOLA CRUZ DA MENINA, NO ESTADO DA PARAÍBA (1988-2012)

Neusa de Almeida Victor¹

RESUMO

Este texto discute a construção identitária do Quilombola Cruz da Menina, situado no Estado da Paraíba. Do ponto de vista da pesquisa farei uma análise de conceitos que permitem refletir na escritura deste trabalho, a exemplo dos conceitos de memória de Ricoeur; identidade Hall; poder Foucault; quilombos Arruti, entre outros. Uso como metodologia, os recursos da história oral, focando nos testemunhos dos moradores da comunidade. Essa é uma pesquisa em andamento e encontra-se em processo de análise.

Palavras-chave: Cultura. Experiências. Quilombola.

INTRODUÇÃO

Ao abordar este estudo a respeito das estratégias de reconhecimento identitário do Quilombola Cruz da Menina, no Estado da Paraíba, no período de 1988 a 2013, gostaria de refletir algumas questões que permitiram delimitar esta análise com o intuito de dar uma maior visibilidade as escolhas e os percursos da pesquisa, de forma que torne a leitura atrativa.

Procuro focalizar as ações e práticas cotidianas e pensar que elas são percebidas a partir da narrativa dos moradores da comunidade, possibilitando o fazer historiográfico como uma arte de escrever e reescrever histórias escritas ou não, seguindo os rastros deixados pelas ações humanas, e como essas ações possibilitaram a criação de lugares e pequenos núcleos que são percebidos como diferentes de outros e como esses espaços foram se organizando, criando condições de sobrevivência.

Partindo de algumas observações que considerei importantes, e portanto, influenciaram diretamente minha escrita, sem as apreensões dos relatos orais e alguns elementos que estão presentes nas falas dos moradores da comunidade, além de documentos oficiais e o aporte teórico, seria impossível juntar os fragmentos e compor o conjunto deste estudo.

PROCEDIMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Metodologicamente, farei uma análise e revisão bibliográfica de conceitos, e como estes nortearão a pesquisa alinhada ao aporte teórico da História Cultural.

Os historiadores culturais tem de praticar a crítica das fontes, perguntar porque um dado texto ou imagem vem a existir e se, por exemplo, seu propósito é convencer o público a realizar alguma coisa. (BURKE, 2008)

Partindo dessa premissa, também farei uso da história oral, e preferencialmente, dos testemunhos dos moradores da comunidade.

O papel do testemunho dos outros na recordação da lembrança passa-se assim gradativamente aos papéis das lembranças que temos enquanto membros de um grupo, temos assim acesso a acontecimentos reconstruídos para nós por outros que

¹ Mestranda História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Especialista em História Cultural pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Graduada em História – Licenciatura Plena, pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

não nós, portanto, e por seu lugar num conjunto que os outros se definem (RICOEUR,2007).

Outro teórico que dará uma grande contribuição metodológica é Stuart Hall. Para Hall (2003) as identidades são construídas dentro e não fora do discurso, e nós precisamos compreendê-las e produzidas em locais históricos e instituições específicas.

Nesse sentido é possível compreender que as identidades são construídas e dadas num tempo e lugar histórico. São articuladas e emergem através de práticas discursivas, ou seja, elas não são fixas nem iguais, ao contrário, ganham significados a partir de relações e articulações, nas experiências simbólicas, numa constante em que novos elementos vão ganhando ou perdendo importância, ou até mesmo através de “arranjos” de convivência e sobrevivência.

Esses novos significados ganham visibilidade, ora através dos discursos institucionalizados ou com a memória. A memória nesse sentido funciona como um mecanismo utilizado. Segundo Burke (2008) as pessoas comuns faziam seleções a partir de um repertório, criando novas condições entre o que selecionavam e igualmente importante, colocando novos contextos àquilo de que haviam se apropriado.

Essas vivências cotidianas mantém uma relação com a memória porque o passado ganha significado com as lembranças que é a forma individual de recordar e a memória como recordação coletiva. Neste sentido esse jogo de memória e lembrança pode ganhar importância do acontecido ou até mesmo negar, o que para Ricoeur (2007) significa o “apagamento da memória”. Ainda com relação a memória, segundo Ricoeur (2007):

Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, assim esse ponto de vista muda segundo o lugar que nele ocupa e por sua vez, esse lugar muda segundo as relações que mantem-se com outros meios. (RICOEUR,2007).

Compreendo que a memória é afetada por cortes e rasuras que durante anos foram ganhando significados nas práticas cotidianas, afetando o tecido cultural dos sujeitos que vivem naquele local. O estreitamento e as relações de parentesco, a formação das famílias, da endogamia, já que a comunidade é formada basicamente de uma ancestralidade comum, favoreceram o isolamento.

Entretanto, buscarei outros conceitos e teóricos, os quais darão embasamento à discussão como relações de poder, numa perspectiva abordada por Michel Foucault, em que o poder não é único e sim, uma correlação de forças. Segundo Foucault (1996) o grande jogo da história será de quem se apoderar das regras, quem tomar o lugar daqueles que utilizam, de quem se disfarçar para perverte-las contra aqueles que as tenham impostas.

A inserção do conceito de táticas e estratégias, para Certeau (1982) é uma tentativa de compreender as estratégias como ação do poder institucionalizadas, e as táticas como mecanismo de reação. Neste sentido é possível compreender que tais relações se deram concomitantemente dentro e fora da comunidade. O discurso que foi institucionalizado para demarcar comunidades quilombolas utiliza o conceito de raça.

Raça e etnicidade tem sido em geral reduzido a um descaso do outro em discurso que independente da sua intuição emancipatória ou reacionária, frequentemente substanciou e reproduziu a distância entre os centros e as margens do poder. (GIROUX,1999).

Nesse sentido, compreendo que é possível vislumbrar que o discurso de raça e etnicidade é um discurso de diferenciação e exclusão, a partir do olhar do outro.

O conceito de Quilombola tem a ver com a discussão de uma categoria histórica que veio ganhando emergência a partir de um instrumento jurídico dado na Constituição de 1988.

No entanto, segundo Arruti (2006), há uma diferença entre o quilombo remanescente e o reconhecido juridicamente do quilombo do local de negros fugitivos no período da escravidão, mas essa discussão não cabe neste trabalho.

Outro conceito que é pertinente nessa análise do conceito de identidade. Segundo Hall (2003):

Estamos constantemente em negociação, não como um único conjunto de oposições com os outros, mas com uma série de posições diferentes. Cada uma delas tem para nós o seu ponto de profunda identificação subjetiva. Essa é a questão mais difícil da proliferação no campo das identidades e antagonismos, elas frequentemente se deslocam entre si (HALL, 2003).

Diante disso, compreendo que as identidades não são fixas. Elas se ressignificam e negociam seus posicionamentos.

No ponto de vista metodológico analiso a produção historiográfica que trata da temática e os relatos orais obtidos a partir dos recursos técnicos das entrevistas. É uma empreitada desafiadora a minha propositura de juntar os fragmentos e rastros deixados como frações da memória daquele povo e fazer a escritura narrativa, dialogando com as fontes e como já afirmei com os testemunhos. Preferencialmente com a história temática onde de acordo com Meihy (2005) o método consiste em dar importância as opiniões de todos os envolvidos no processo histórico do lugar, priorizando as narrativas orais dos informantes.

CONDIÇÕES HISTÓRICAS

A Comunidade Quilombola Cruz da Menina é uma comunidade rural situada no município de Dona Inês, no Estado da Paraíba. Nesse aglomerado rural vivem cerca de cinquenta famílias, basicamente pertencentes a um mesmo parentesco. Foi reconhecida como remanescente de quilombos em 2008. No entanto, até a presente data, o território pertencendo ao povo não foi demarcado pelo Incra e as condições de vida e sobrevivência são externas, porque não há terras disponíveis para o plantio. Dessa forma, os homens se deslocam para trabalhar em outras localidades e como em sua maioria tem baixa escolaridade, são trabalhadores rurais ou da construção civil em cidades maiores; enquanto que as mulheres moram e criam seus filhos, cuidando das tarefas domésticas e da criação de animais. Algumas tem habilidades artesanais, no entanto este trabalho é pouco desenvolvido. O que complementa a renda são os recursos dos programas sociais que recebem do Governo, por serem de baixa renda. Não há destaque para atividades artísticas ou culturais.

Para compreender a criação dessas comunidades, acho importante refletir que não podemos deixar de fazer uma comparação com outros trabalhos e outras experiências a exemplo da dissertação de mestrado de Medeiros (2012), que trabalhou com o Quilombola Pedra D'água; Amaral (2011) que estudou a Comunidade Quilombola Grilo, ambas no Estado da Paraíba, e Arruti (2006), que tem trabalhou com uma comunidade no Mato Grosso, na qual da sua tese, foi publicado o livro "Mucambo". Estas são as principais referências comparativas com a minha pesquisa. Para Arruti (2006) praticamente todos os trabalhos iniciais sobre as comunidades rurais quilombolas foram realizados num contexto de seu reconhecimento oficial e de afirmação de seus direitos territoriais, o que nos coloca diante da estressante situação na qual a "encomenda" e o diálogo com o campo jurídico não apareceu como um dilema de adequação, mas como uma marca de origem desse campo de estudos.

Nesse sentido o quilombola ou remanescente foi um conceito criado para ganhar legitimidade de um instrumento jurídico a partir da Constituição de 1998. No entanto encontramos as discussões a respeito do Negro e de seu reconhecimento como categoria histórica excluída do discurso de reconhecimento na década de 1930, onde Abdias Nascimento já reivindicava políticas para os afrodescendentes e o reconhecimento da

contribuição para formação da cultura e na economia brasileira. Posteriormente - em 1944, foi fundado o Teatro Experimental do Negro, um veículo da cultura negra. Na década de 1960 foi criado o Movimento Negro Unificado contra o racismo e a discriminação racial. Nos anos 70 houve o primeiro Congresso Brasileiro voltado ao movimento negro. Finalmente em 1998, a Constituição tornou lei e garantia constitucional àqueles que se autodenominassem descendentes de uma ancestralidade africana.

Nesse contexto, compreendo que pertencer a uma ancestralidade africana ou remanescente de quilombo, não é um dado natural e sim um espaço construído a partir das articulações de lugares e de elementos que embora soltos, mas como são resultados das relações humanas e das múltiplas experiências, dos símbolos, crenças, lutas, conflitos, ou seja, das práticas cotidianas dos indivíduos e que influiu no reconhecimento de uma identidade coletiva verossímil e uma ideia de pertencimento. No entanto, como receptionamos nas falas de alguns moradores, não há homogeneização respeito dos inúmeros artefatos e vestígios coletivos que ainda são preservados pela memória. Há uma fragmentação a exemplo de práticas religiosas e alguns costumes que já não são mais praticados.

Nesse aspecto, é possível observar que as vidas tem significado diferente, mesmo para aqueles que tem modos de vida semelhantes, há particularidades diversas. Para Hall (2000), o fato de ser negro nunca foi questionado ali. Sempre foi uma identidade estável, físico cultural e politicamente. É também uma narrativa, uma história, algo construído, contato, falado, não simplesmente encontrado.

Para Veiga Neto (2004), a norma é o elemento que ao mesmo tempo em que individualiza remete ao conjunto dos indivíduos. Por isso ela permite a comparação entre os indivíduos. Desta forma, a norma para alguns grupos tem efeito de exclusão, de demarcação de um lugar e esse lugar pode ser o que os marginalizam e inferiorizam. O reconhecimento de uma comunidade reconhecida a partir de um discurso normativo, exterior as suas práticas cotidianas e especificidades, não contempla os elementos culturais e as rasuras que historicamente foram vivenciadas. De acordo com Ricoeur (2007) é sempre possível, e frequentemente urgente, deslocar-se com o risco de ser esse passageiro, esse caminhoneiro, esse passeador, esse errante que a cultura contemporânea estilhaçada põe em movimento.

Os negros da Cruz da Menina se perceberam pertencentes a uma ancestralidade africana e remanescente de Quilombos a partir de um discurso externo, de uma estratégia instituída no ordenamento jurídico de 1988. Segundo Arruti (2006) a produção de novos sujeitos diferenciados pelo termo “quilombola” tem início após a ampla tomada de conhecimento dos novos direitos instituídos pelo artigo 68.

Neste sentido é possível compreender que é uma tomada de identidade externa a eles, um olhar do outro sobre o outro. Eles já existiam, já ocupavam há dezenas de anos o território que vivem.

O referente biológico nunca opera isoladamente, porém nunca está ausente, ocorrendo de forma mais indireta nos discursos de etnia. Quanto maior a relevância da “etnicidade” mais as suas características são representadas como relativamente fixas, inerentes ao grupo, transmitidas de geração em geração, não apenas pela cultura e a educação, mas também pela herança biológica, escrita no corpo e estabelecida sobretudo pelo parentesco e pelas regras do matrimônio endógamo que garantem ao grupo étnico a manutenção de sua “pureza” genética e portanto cultural. (HALL, 2000).

Busquei rastrear esses caminhos de desencontros e rupturas que fazem parte do cotidiano das pessoas da comunidade. No entanto, há uma certa resistência na fala dos entrevistados. É como se não houvesse interesse de memorizar o passado e um certo estranhamento em associar as suas práticas cotidianas, como sendo uma herança transmitida de seus antepassados.

Esses entraves tem sido a parte mais difícil desse trabalho, todavia, tenho consciência do meu papel de historiadora e como há limitações e zonas de sensibilidades que impedem o avanço da pesquisa, chegando a limitar minhas perguntas. Existem barreiras, até mesmo porque história de vida e experiências travadas num campo de lutas, mesmo não ditas pelos entrevistados. Sabemos que hoje a escravidão ficou num passado distante, mas as marcas da exclusão, o racismo e o preconceito ainda se fazem presente em nossa sociedade. Para Silva (2000), a identificação seu objeto tanto pode ser aquele que é odiado, quanto aquele que é adorado.

É possível perceber pela fala dos entrevistados que não há uma consciência explícita da aceitação da identidade negra e a autoafirmação como descendentes de uma ancestralidade africana e escrava não é um discurso de grupo ou indivíduos da comunidade. Foi relacionada pelo discurso jurídico que os identificaram como categoria diferenciada.

No entanto, há uma negociação envolvendo táticas, estratégias e possibilidade de favorecimento à políticas públicas voltadas a povos remanescentes de quilombos, questão que será aprofundada em outro momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Minha análise se propôs a tentar compreender a construção da Comunidade Quilombola Cruz da Menina. Numa perspectiva dos estudos culturais que oferecem suporte teórico para dialogar com vários conceitos que foram abordados durante a pesquisa, bem como os relatos orais obtidos através de entrevistas, sendo a principal fonte, já que não há registro escrito sobre a comunidade. O que se tem são documentos constitucionais dando legalidade e reconhecimento às comunidades quilombolas. No entanto, não há uma especificidade sobre a Cruz da Menina. O que torna o ineditismo do meu trabalho.

É possível a narrativa e o fazer historiográfico através dos testemunhos e uso da técnica das entrevistas, a história vai se construindo e o objeto interrogado ganhando formas se aproximando dos conceitos, a exemplo de como se deu o diálogo sobre identidades de categorias históricas que tiveram emergência a partir de um discurso normativo e exterior ao grupo. Entenda discursivo na concepção de Michel Foucault (1996) quando definiu os “discursos” práticas que sistematicamente constroem os objetos que falam.

Nessa perspectiva, compreendo que foi uma invenção discursiva a criação das comunidades quilombolas, no sentido de denomina-las, porque elas pré existam antes da prática discursiva institucionalizada a partir de 1988 e do dispositivo constitucional.

No entanto, para Ricoeur (2007) a memória imposta está armada por uma história, ela mesma “autoriza” a história oficial apreendida e celebrada publicamente de fato, uma memória exercida no plano institucional.

Dentro desse contexto, é possível compreender que há uma relação da memória coletiva do povo Cruz da Menina e norma constitucional, porque eles só existem e são reconhecidos a partir de suas memórias e práticas cotidianas que os remetem a ideia de pertencimento de uma ancestralidade de negros de quilombos.

No entanto, tentar dar uma respostas ou encontrar uma verdade e dar-lhe significados não seria possível, nem seria o meu propósito, enquanto historiadora cultural. Mas é pertinente afirmar que há um investimento, um jogo de verdades, de um lado o discurso institucional e do outro as práticas e vivências do povo, que tem sua história vista pelo olhar do outro e este outro silenciou durante décadas. Sendo assim, as possibilidades de repensar tais lugares e grupos marginalizados possibilitou este trabalho. No entanto, as possibilidades de problematizar as questões que foram abordadas neste trabalho não se esgotaram, há muitos rastros a serem percorridos. A mim o grande desafio é atravessar as fronteiras, enfrentando as correntezas.

As vezes as objetivado, as vezes sujeitado, as vezes objetivo, as vezes subjetivo, sempre os dois ao mesmo tempo eu sou rio e eu sorrio, eu natural e humano, cursivo e discursivo, invento na história e a história (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007).

Neste sentido, considero que é necessário novas discussões, novas travessias, tais práticas me instigam a enveredar por caminhos que vão ao encontro do povo do Quilombola Cruz da Menina.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru: Edusc, 2007. 256 p.

AMARAL, Elane Cristina do. **Subindo a serra, descendo a história: Memória e identidade cultural na Comunidade Remanescente de Quilombo Grilo – PB (1930-2010)** 153f. Dissertação (mestrado em história). Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2011.

ARRUTI, J.M. MOCAMBO - **História e Antropologia do Processo de Formação Quilombola**. Bauru/São Paulo: EDUSC/ANPOCS, 2006.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008.

CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996

GIROUX, Henry. **Cruzando as fronteiras do discurso educacional: novas políticas em educação**, tradução: Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

_____. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. SILVA, Tomaz T. (org.), HALL, Stuart, WOODWARD, Kathryn. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MEDEIROS, Sandreylla Pereira. **Eu sou quilombola! Identidade, História e Memória no Quilombo Pedra D'Água**. (1989-2012) Dissertação (mestrado em história) 154f. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2012.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução. Alain François et. al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 192 p.